



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei do Legislativo nº 029/2022 – De autoria da Mesa Diretora – Cria o anexo III na Lei nº 383/96, o cargo em Comissão de Diretor Legislativo.

Em relação à presente propositura, por ser legal, constitucional e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário,

PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau, 25 de abril de 2.022.


CARLOS GOMES


JOCELI MARIOZI


GUSTAVO BELLONI



Câmara Municipal

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei do Legislativo nº 029/2022 – *De autoria da Mesa Diretora* – Cria o anexo III na Lei nº 383/96, o cargo em Comissão de Diretor Legislativo.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo plenário.

PARECER FAVORÁVEL.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 25 de abril de 2.022.


LUIZ PARAKI


MERCÍLIO MACENA BENEVIDES


PASTOR CARLOS



**COMISSÃO DE ASSUNTOS RELATIVOS AOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Projeto de Lei do Legislativo nº 029/2022 – *De autoria da Mesa Diretora* – Cria o anexo III na Lei nº 383/96, o cargo em Comissão de Diretor Legislativo.

Em relação à presente propositura, somos de parecer favorável à sua deliberação pelo Plenário.

PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau, 25 de abril de 2.022.


MERCÍLIO MACENA BENEVIDES


RODRIGO BARBOSA

JOSÉ CLAUDIO FERREIRA

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA
25.04.2022
[Assinatura]
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/2022

“Cria o anexo III na Lei nº 383/96, o cargo em Comissão de Diretor Legislativo”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art.1º - Fica criado no anexo III da Lei nº 383 de 28 de março de 1.996, o cargo em comissão de Diretor Legislativo como segue:

ANEXO III - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
DIRETOR LEGISLATIVO	01	R\$ 4.000,00.....

Parágrafo único – Será incorporada ao vencimento a Parcela Destacada, conforme o que dispõe a Lei Municipal nº 1.703, de 25 de novembro de 2.005.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta da dotação 02.02 - 31.90.11.01 - Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil - Vencimentos e Salários constantes do orçamento vigente.

Art. 3º - Das atribuições e os requisitos:

1 – Atribuições:

I - Assessorar e auxiliar o Presidente e a Mesa Diretora em suas diretrizes administrativas e em todas as questões que lhe competir;

II – Supervisionar e assessorar todas as atividades das gerências subordinadas, zelando pelo patrimônio da Câmara Municipal, manutenção dos serviços administrativos e pela correta aplicação dos recursos públicos;

[Assinatura]
[Assinatura]
DATA, 25.04.2022
[Assinatura]
PRESIDENTE

III - Dirigir e assessorar os servidores sob sua subordinação, principalmente em questões administrativas e de comunicação social em geral;

IV – Avaliar a execução das atividades administrativas gerais, arquivamento, zeladoria, serviços gerais e demais atividades inerentes aos trabalhos da Câmara Municipal;

V – Supervisionar os trabalhos de Comunicação Social, prestando-lhes esclarecimentos e orientações sempre que necessário;

VI – Garantir a disponibilização ao público das informações e publicações legais e institucionais da Câmara;

VII – Fazer cumprir a execução dos projetos educativos e das ações institucionais que visem promover a imagem do Poder Legislativo e as orientações dos munícipes sobre as atribuições da Câmara Municipal;

VIII- Supervisionar a execução dos trabalhos de cerimonial e protocolo, sempre que necessário;

IX – Mediar conflitos administrativos internos e externos, com vistas à solução de problemas e a perfeita harmonia entre a Câmara Municipal e a comunidade em geral;

X – Fazer cumprir as determinações da Presidência da Câmara e executar as tarefas por ela delegadas e representá-la, sempre que para isso for designado;

XI - Promover o acompanhamento das atividades de administração geral, analisando as necessidades dos Gabinetes dos Vereadores, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos dos parlamentares;

XII – Responder pelas gerências e chefias subordinadas;

XIII – Manter-se a disposição da Presidência para resolução de questões internas e externas;

XIV – Realizar outras tarefas administrativas e correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior;

XV - Organizar a escala de horários, compensações, férias e licenças de sua equipe de forma que não ocorra prejuízo aos serviços;

XVI – Resolver questões e melhorias em sua área de atuação;

XVII – Cumprir e fazer cumprir as determinações de superiores hierárquicos;

XVIII- Receber em seu nome os adiantamentos e reembolsos para despesas de viagens, quando os mesmos forem para Vereador ou Presidente da Câmara, prestando contas junto à Tesouraria da Câmara Municipal.

XIX – Responder por todos os serviços de responsabilidade da respectiva diretoria;

XX- Secretariar e coordenar os trabalhos das Comissões Permanentes e Temporárias, em especial as Comissões Parlamentares de Inquérito criadas pela Câmara Municipal, em suas funções administrativas e legislativas.

XXI–Organizar e realizar audiências públicas sobre a tramitação de proposições e matérias de interesse da Câmara Municipal, notadamente as que versarem sobre PPA, LDO e LOA, e suas respectivas alterações, de acordo com a legislação vigente, bem como prestar informações junto ao Tribunal de Contas;

XXII-Prestar informações ao Tribunal de Contas em assuntos relacionados a secretaria da Câmara e ao processo legislativo;

XXIII- Lançar as execuções de ajustes referentes aos contratos mantidos pela Câmara Municipal, junto ao Tribunal de Contas do Estado, eletronicamente, no sistema AUDESP.

XXIV- Redigir as atas das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e demais reuniões realizadas pela Câmara Municipal.

XXV – Realizar outras tarefas administrativas e correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior.

2 – Requisitos:

I. Idoneidade moral e reputação ilibada;

II. Possuir experiência profissional de, no mínimo, três anos em atividades legislativas relacionadas às atribuições e às competências do cargo;


III. Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.


IV – Cumprimento do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal (alterado pela Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 003/2021).

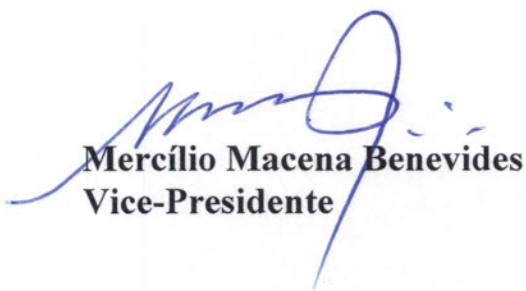
Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Incisos VIII, X e XI do Art. 2º da Lei Municipal nº 4.342, de 16 de julho de 2.018.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 20 de abril de 2.022


Luís Carlos Domiciano (Bira)
Presidente


Heldreiz Muniz
1º Secretário


Mercílio Macena Benevides
Vice-Presidente


Aline Luchetta
2º Secretária



Câmara Municipal São João da Boa Vista
Estado de São Paulo

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000, que a despesa com a criação de 01 cargo em comissão de Diretor Legislativo, está compatível com Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022, tem dotação específica e suficiente estando, portanto adequada com Lei Orçamentária Anual – LOA 2022.

São João da Boa Vista, 25 de abril de 2022.

LUIS CARLOS DOMICIANO
Presidente



Câmara Municipal São João da Boa Vista

Estado de São Paulo

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO-ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000.

EXERCÍCIO 2022

1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:

1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas

1.2 - Custo projetado com novas despesas:

(+) Criação do Cargo de Diretor Legislativo..... R\$ 54.593,68

Soma..... R\$ 54.593,68

(+) Receitas Previstas..... R\$ 2.796.000,00

(=) Disponibilidades Previstas..... R\$ 2.796.000,00

Estimativa de Impacto Orçamentário 1,9525%

Estimativa de Impacto Financeiro 1,9525%

EXERCÍCIO 2023

1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:

1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas

1.2 - Custo projetado com novas despesas:

(+) Criação do Cargo de Diretor Legislativo..... R\$ 81.890,52

Soma..... R\$ 81.890,52

(+) Receitas Previstas..... R\$ 2.744.150,00

(=) Disponibilidades Previstas..... R\$ 2.744.150,00

Estimativa de Impacto Orçamentário 2,9841%

Estimativa de Impacto Financeiro 2,9841%

EXERCÍCIO 2024

1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:

1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas

1.2 - Custo projetado com novas despesas:

(+) Criação do Cargo de Diretor Legislativo..... R\$ 81.890,52

Soma..... R\$ 81.890,52


(+) Receitas Previstas..... R\$ 2.832.507,50

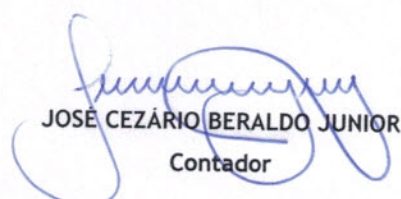
(=) Disponibilidades Previstas..... R\$ 2.832.507,50

Estimativa de Impacto Orçamentário 2,8910%

Estimativa de Impacto Financeiro 2,8910%

São João da Boa Vista, 25 de abril de 2022.


LUIS CARLOS DOMICIANO
Presidente da Câmara


JOSE CEZÁRIO BERALDO JUNIOR
Contador

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E ACRÉSCIMO
COM A CRIAÇÃO E PROVIMENTO DE 01 VAGA DO CARGO EM COMISSÃO
DE DIRETOR LEGISLATIVO**

EXERCÍCIO DE 2022 (MAIO A DEZEMBRO)

C	DISCRIMINAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
	Salário	4.000,00	32.000,00
	Parcela Destacada Lei nº 1703/2005	695,87	5.566,96
	Prev. INSS (empregador) 21%	986,13	7.889,04
	13º Salário (proporcional/integral)	391,32	3.130,56
	Prev. INSS (empregador) s/ 13º 21%	82,18	657,44
	1/3 Férias	130,44	1.043,52
	Prev. INSS (empregador) s/ 1/3 Férias 21%	27,39	219,12
	Cheque Férias	260,88	2.087,04
	Auxílio Alimentação	250,00	2.000,00
	TOTAIS	6.824,21	54.593,68

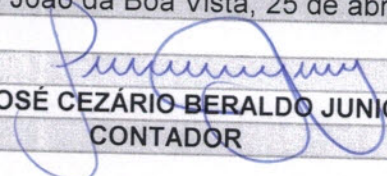
EXERCÍCIO DE 2023

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Salário	4.000,00	48.000,00
Parcela Destacada Lei nº 1703/2005	695,87	8.350,44
Prev. INSS (empregador) 21%	986,13	11.833,56
13º Salário (proporcional/integral)	391,32	4.695,84
Prev. INSS (empregador) s/ 13º 21%	82,18	986,16
1/3 Férias	130,44	1.565,28
Prev. INSS (empregador) s/ 1/3 Férias 21%	27,39	328,68
Cheque Férias	260,88	3.130,56
Auxílio Alimentação	250,00	3.000,00
TOTAIS	6.824,21	81.890,52

EXERCÍCIO DE 2024

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Salário	4.000,00	48.000,00
Parcela Destacada Lei nº 1703/2005	695,87	8.350,44
Prev. INSS (empregador) 21%	986,13	11.833,56
13º Salário (proporcional/integral)	391,32	4.695,84
Prev. INSS (empregador) s/ 13º 21%	82,18	986,16
1/3 Férias	130,44	1.565,28
Prev. INSS (empregador) s/ 1/3 Férias 21%	27,39	328,68
Cheque Férias	260,88	3.130,56
Auxílio Alimentação	250,00	3.000,00
TOTAIS	6.824,21	81.890,52
VALOR TOTAL NO PERÍODO	218.374,72	

São João da Boa Vista, 25 de abril de 2022


JOSÉ CEZÁRIO-BERALDO JUNIOR
CONTADOR